

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.189.770 SÃO PAULO

RELATOR : **MIN. CELSO DE MELLO**
RECTE.(S) : ASSOCIACAO BRASILEIRA DE NORMAS TECNICAS
ABNT
ADV.(A/S) : GONTRAN ANTAO DA SILVEIRA NETO
RECDO.(A/S) : TARGET ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA.
ADV.(A/S) : GERALDO EVANDRO PAPA
ADV.(A/S) : TERENCE ZVEITER

DECISÃO: Trata-se de recursos de agravo, **ambos** interpostos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT. **O primeiro agravo foi deduzido** contra decisão da Presidência do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que proferiu juízo negativo de admissibilidade do recurso extraordinário interposto contra decisão **emanada** desse Tribunal, **e o segundo** recurso de agravo **foi interposto** contra decisão da Vice-Presidência do E. Superior Tribunal de Justiça, que **não admitiu** apelo extremo manifestado contra acórdão dessa Alta Corte, **proferido** em sede de recurso especial.

O **exame** da presente causa, *no entanto*, **evidencia** que as pretensões recursais **não se mostram** processualmente viáveis.

Com efeito, quanto ao primeiro agravo, a parte ora agravante, **ao deduzir** o apelo extremo, **sustentou** que a decisão recorrida **teria transgredido** os preceitos inscritos nos arts. 5º, XXVII, LIV e LV, **e** 93, IX, **todos** da Constituição Federal.

Observe, desde logo, que **a jurisprudência** do Supremo Tribunal Federal **tem enfatizado**, a propósito da questão pertinente à **transgressão constitucional indireta**, que, **em regra**, **as alegações de**

ARE 1189770 / SP

desrespeito aos postulados da legalidade, da motivação dos atos decisórios, do contraditório, do devido processo legal, dos limites da coisa julgada e da prestação jurisdicional podem configurar, quando muito, situações caracterizadoras de ofensa meramente reflexa ao texto da Constituição, hipóteses em que também não se revelará admissível o recurso extraordinário (AI 165.054/SP, Rel. Min. CELSO DE MELLO – AI 174.473/MG, Rel. Min. CELSO DE MELLO – AI 182.811/SP, Rel. Min. CELSO DE MELLO – AI 188.762-AgR/PR, Rel. Min. SYDNEY SANCHES – AI 587.873-AgR/RS, Rel. Min. EROS GRAU – AI 610.626-AgR/RJ, Rel. Min. CEZAR PELUSO – AI 618.795-AgR/RS, Rel. Min. JOAQUIM BARBOSA – AI 687.304-AgR/PR, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA – AI 701.567-AgR/SP, Rel. Min. DIAS TOFFOLI – AI 748.884-AgR/SP, Rel. Min. LUIZ FUX – AI 832.987-AgR/DE, Rel. Min. ELLEN GRACIE – RE 236.333/DE, Red. p/ o acórdão Min. NELSON JOBIM – RE 599.512-AgR/SC, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, v.g.).

É importante referir, ainda, a propósito da alegada violação ao art. 5º, incisos LIV e LV, da Constituição, que a orientação jurisprudencial emanada desta Suprema Corte, firmada na análise desse particular aspecto no qual se fundamenta o recurso extraordinário em causa, tem salientado, considerado o princípio do devido processo legal (neste compreendida a cláusula inerente à plenitude de defesa), que a suposta ofensa ao texto constitucional, **caso existente, apresentar-se-ia por via reflexa, eis que a sua constatação reclamaria – para que se configurasse – a formulação de juízo prévio de legalidade, fundado na vulneração e infringência de dispositivos de ordem meramente legal.**

Dáí revelar-se inteiramente ajustável, ao caso ora em exame, o entendimento jurisprudencial desta Corte Suprema, no sentido de que “O devido processo legal – CF, art. 5º, LV – exerce-se de conformidade com a lei” (AI 192.995-AgR/PE, Rel. Min. CARLOS VELLOSO – grifei), razão pela qual a alegação de desrespeito à cláusula do devido processo legal, por traduzir transgressão “indireta, reflexa, dado que a ofensa direta seria a normas processuais” (AI 215.885-AgR/SP, Rel. Min. MOREIRA

ARE 1189770 / SP

ALVES – AI 414.167/RS, Rel. Min. CEZAR PELUSO – RE 257.533-AgR/RS, Rel. Min. CARLOS VELLOSO), não autoriza o acesso à via recursal extraordinária:

“DUE PROCESS OF LAW” E PRINCÍPIO DA LEGALIDADE.

– A garantia do devido processo legal exerce-se em conformidade com o que dispõe a lei, de tal modo que eventual desvio do ato decisório configurará, quando muito, situação tipificadora de conflito de mera legalidade, apto a desautorizar a utilização do recurso extraordinário. *Precedentes.*”

(RTJ 189/336-337, Rel. Min. CELSO DE MELLO)

“– Alegação de ofensa ao devido processo legal: C.F., art. 5º, LV: se ofensa tivesse havido, seria ela indireta, reflexa, dado que a ofensa direta seria a normas processuais. E a ofensa a preceito constitucional que autoriza a admissão do recurso extraordinário é a ofensa direta, frontal.”

(AI 427.186-AgR/DF, Rel. Min. CARLOS VELLOSO – grifei)

“Inviável o processamento do extraordinário para debater matéria infraconstitucional, sob o argumento de violação ao disposto nos incisos LIV e LV do artigo 5º da Constituição.

Agravo regimental improvido.”

(AI 447.774-AgR/CE, Rel. Min. ELLEN GRACIE – grifei)

Nem se alegue, neste ponto, que a suposta transgressão ao ordenamento legal – **derivada da interpretação** que lhe deu o Tribunal “a quo” – **teria importado** em desrespeito ao princípio constitucional da legalidade.

ARE 1189770 / SP

Não se pode desconsiderar, **quanto** a tal postulado, **a orientação** firmada pelo Supremo Tribunal Federal, **cuja jurisprudência** vem proclamando, a propósito desse tema, que o procedimento hermenêutico do Tribunal inferior – **quando examina** o quadro normativo positivado pelo Estado **e dele extrai** a **interpretação** dos diversos diplomas legais que o compõem, para, **em razão** da inteligência e do sentido exegético que lhes der, obter os elementos necessários à exata composição da lide – **não transgride, diretamente**, o princípio da legalidade (**AI 161.396-AgR/SP**, Rel. Min. CELSO DE MELLO – **AI 192.995-AgR/PE**, Rel. Min. CARLOS VELLOSO – **AI 307.711/PA**, Rel. Min. CELSO DE MELLO).

É por essa razão – ausência de conflito imediato com o texto da Constituição – **que a jurisprudência** desta Corte vem **ênfatizando** que “*A boa ou má interpretação de norma infraconstitucional não enseja o recurso extraordinário, sob color de ofensa ao princípio da legalidade (CF, art. 5º, II)*” (**RTJ 144/962**, Rel. Min. CARLOS VELLOSO – grifei):

“A alegação de ofensa ao princípio da legalidade, inscrito no art. 5º, II, da Constituição da República, não autoriza, só por si, o acesso à via recursal extraordinária, pelo fato de tal alegação tornar indispensável, para efeito de sua constatação, o exame prévio do ordenamento positivo de caráter infraconstitucional, dando ensejo, em tal situação, à possibilidade de reconhecimento de hipótese de mera transgressão indireta ao texto da Carta Política. Precedentes.”

(**RTJ 189/336-337**, Rel. Min. CELSO DE MELLO)

“E é pacífica a jurisprudência do S.T.F., no sentido de não admitir, em R.E., alegação de ofensa indireta à Constituição Federal, por má interpretação de normas infraconstitucionais, como as trabalhistas e processuais (...).”

(**AI 153.310-AgR/RS**, Rel. Min. SYDNEY SANCHES – grifei)

ARE 1189770 / SP

Não foi por outro motivo que o eminente Ministro MOREIRA ALVES, Relator, **ao apreciar** o tema pertinente ao postulado da legalidade, **em conexão** com o emprego do recurso extraordinário, **assim se pronunciou**:

“A alegação de ofensa ao artigo 5º, II, da Constituição, por implicar o exame prévio da legislação infraconstitucional, é alegação de infringência indireta ou reflexa à Carta Magna, não dando margem, assim, ao cabimento do recurso extraordinário.”

(AI 339.607/MG, Rel. Min. MOREIRA ALVES – grifei)

Cumpre acentuar, por oportuno, que essa orientação **acha-se presentemente sumulada** por esta Corte, **como resulta claro da Súmula 636** do Supremo Tribunal Federal, **cuja formulação** possui o seguinte conteúdo:

*“**Não cabe** recurso extraordinário **por contrariedade** ao princípio constitucional **da legalidade**, quando a sua verificação pressuponha rever a interpretação dada a normas infraconstitucionais pela decisão recorrida.” (grifei)*

Desse modo, considerados os aspectos que venho de referir, **o fato é** que a postulação recursal, *no ponto*, **encontra obstáculo** de ordem técnica na jurisprudência **firmada** pelo Supremo Tribunal Federal, **consoante resulta claro** de decisão, que, **emanada** desta Corte, **reflete**, *com absoluta fidelidade*, **o entendimento jurisprudencial prevalecente** no âmbito do Tribunal:

*“**Inviável o processamento do extraordinário** para debater matéria infraconstitucional, **sob o argumento** de violação **ao disposto nos artigos 5º, II, XXXV, XXXVI, LIV e LV e 93, IX da Constituição**.*

Agravo regimental improvido.”

(AI 437.201-AgR/SP, Rel. Min. ELLEN GRACIE – grifei)

ARE 1189770 / SP

Cabe ressaltar, ainda, a propósito da alegada transgressão ao art. 5º, XXVII, que a suposta ofensa ao texto constitucional, **caso existente**, *apresentar-se-ia por via reflexa*, **eis que** a sua constatação reclamaria – **para que se configurasse** – a formulação de juízo prévio de legalidade **fundado** na vulneração e infringência de dispositivos de ordem meramente legal. **Não se tratando** de conflito direto e frontal com o texto da Constituição, **como exigido** pela jurisprudência da Corte (**RTJ 120/912**, Rel. Min. SYDNEY SANCHES – **RTJ 132/455**, Rel. Min. CELSO DE MELLO), **torna-se inviável** o trânsito do recurso extraordinário.

É **que**, o acórdão impugnado em sede recursal extraordinária, **ao decidir** a controvérsia jurídica objeto deste processo, **dirimiu** a questão **com fundamento** em legislação infraconstitucional (Lei nº 9.610/1998), **circunstância esta que obsta o próprio conhecimento do apelo extremo**.

A **mera análise** do acórdão recorrido **torna evidente** que o Tribunal “a quo”, **ao proferir** a decisão questionada, **fundamentou** as suas conclusões **em dispositivos de ordem estritamente infraconstitucional**:

“Dispõe o artigo 8º da Lei 9.610/98, na parte interessante ao presente estudo, que:

.....
Neste contexto, pela exegese da lei supracitada, fica fácil perceber que as normas técnicas supervisionadas pela autora enquadram-se na exclusão de proteção dos direitos autorais, quer porque consistem em o procedimentos normativos encontrados por metodologia de estudos focados nos interesses da sociedade; quer porque são elevadas, atualmente à categoria de atos oficiais, ao ser exigida sua observância pela legislação vigente, não havendo sentido em receber o amparo atinente ao direito autoral, mesmo porque já recebe o apoio financeiro do Governo Federal (Resolução CONMETRO nº 07/92, cláusula 12º do Termo de Compromisso em Anexo)

Ademais, cabe reconhecer que a autora não detém a titularidade para a defesa de qualquer direito autoral.

ARE 1189770 / SP

De fato, em princípio, os direitos morais e patrimoniais da obra, pertencem ao seu autor, isto é, à 'pessoa física criadora de obra literária, artística ou científica' (art. 11 da lei dos direitos autorais). Os patrimoniais, no entanto, podem ser transferidos a terceiros (art. 49 da mesma lei), desde que se faça por escrito e com prazo certo.

Tal não ocorre no caso concreto. As pessoas envolvidas nas comissões de estudos e que efetivamente elaboraram os trabalhos intelectuais de formação da norma técnica, não estão presentes para a defesa dos seus direitos autorais, e tampouco providenciaram a cessão dos seus direitos patrimoniais na forma escrita, conforme dispõe o artigo 49 da já mencionada Lei nº 9.610/98."

Impende destacar, por relevante, no que se refere à alegada transgressão ao postulado constitucional **que impõe**, ao Poder Judiciário, **o dever de motivar** suas decisões (CF art. 93, IX), **que o Supremo Tribunal Federal – embora sempre enfatizando a imprescindibilidade** da observância dessa **imposição** da Carta Política (RTJ 170/627-628) – **não confere**, a tal prescrição constitucional, o **alcance** que lhe pretende dar a parte ora recorrente, **pois**, na realidade, **segundo** entendimento firmado por esta própria Corte, “O que a Constituição exige, no art. 93, IX, é que a decisão judicial seja fundamentada; não, que a fundamentação seja correta, na solução das questões de fato ou de direito da lide: **declinadas no julgado as premissas**, corretamente assentadas ou não, **mas coerentes** com o dispositivo do acórdão, **está satisfeita** a exigência constitucional” (RTJ 150/269, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE – grifei).

Vale ter presente, a propósito do sentido que esta Corte tem dado à cláusula inscrita no inciso IX do art. 93 da Constituição, **que os precedentes** deste Tribunal **desautorizam a abordagem hermenêutica** feita pela parte ora agravante, **como se deduz** de diversos julgados (AI 529.105-AgR/CE, Rel. Min. JOAQUIM BARBOSA – AI 637.301-AgR/GO, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA – AI 731.527-AgR/RJ, Rel. Min. GILMAR MENDES – AI 838.209-AgR/MA, Rel. Min. GILMAR MENDES – AI 840.788-AgR/SC, Rel. Min. LUIZ FUX – AI 842.316-AgR/RJ, Rel.

ARE 1189770 / SP

Min. LUIZ FUX – **RE 327.143-AgR/PE**, Rel. Min. CARLOS VELLOSO, v.g.), **notadamente** daquele, **emanado** do Plenário do Supremo Tribunal Federal, **em que se acolheu questão de ordem para reafirmar** essa mesma jurisprudência **no sentido que venho de expor**:

*“Questão de ordem. Agravo de Instrumento. Conversão em recurso extraordinário (CPC, art. 544, §§ 3º e 4º). 2. Alegação de ofensa aos incisos XXXV e LX do art. 5º e ao inciso IX do art. 93 da Constituição Federal. Inocorrência. 3. O art. 93, IX, da Constituição Federal **exige** que o acórdão ou decisão **sejam fundamentados**, ainda que sucintamente, **sem determinar**, contudo, o **exame pormenorizado** de cada uma das alegações ou provas, **nem que sejam corretos** os fundamentos da decisão. 4. **Questão de ordem acolhida para reconhecer a repercussão geral, reafirmar a jurisprudência do Tribunal, negar provimento ao recurso e autorizar a adoção dos procedimentos relacionados à repercussão geral.**”*

(**AI 791.292-QO-RG/PE**, Rel. Min. GILMAR MENDES – grifei)

Impõe-se observar, de outro lado, no tocante ao apelo extremo interposto contra o acórdão emanado do E. Superior Tribunal de Justiça, que o recurso revela-se **insuscetível** de conhecimento, eis que deduzido em momento procedimental **já superado** no tempo, **pois** não mais assiste à Associação Brasileira de Normas Técnicas o direito de fazê-lo, **em virtude** da configuração, na espécie, de típica hipótese caracterizadora de **preclusão** pertinente à própria fundamentação constitucional.

Convém assinalar, no ponto, que esse entendimento **tem prevalecido** na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, que, **por mais de uma vez**, já afirmou, quanto à matéria ora em exame, que o acórdão do Superior Tribunal de Justiça **somente** legitimará o uso da via recursal extraordinária, **se**, nesse próprio acórdão, desenhar-se, **originariamente**, a questão de direito constitucional.

ARE 1189770 / SP

Se **existente** a suposta transgressão a preceitos inscritos na Constituição da República, a controvérsia constitucional, no entanto, teria surgido, **como no caso**, em sede jurisdicional inferior, **cabendo**, à parte interessada, interpor o concernente recurso extraordinário apenas contra a decisão emanada do Tribunal de segundo grau, **pois teria sido este**, e não o STJ, o órgão judiciário responsável pela resolução, “*incidenter tantum*”, da questão de constitucionalidade (RTJ 153/684 – RTJ 155/609 – AI 149.518-AgR/SP, Rel. Min. CARLOS VELLOSO – AI 149.534-AgR/SP, Rel. Min. CELSO DE MELLO – AI 152.866-AgR/SP, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE – AI 155.696-AgR/SP, Rel. Min. CELSO DE MELLO – AI 156.829-AgR/SP, Rel. Min. CELSO DE MELLO – AI 256.572/GO, Rel. Min. MOREIRA ALVES, *v.g.*).

Sendo assim, e em face das razões expostas, ao apreciar os presentes agravos, não conheço dos recursos extraordinários a que eles se referem, por serem estes manifestamente inadmissíveis (CPC, art. 932, III).

Majoro, ainda, em 10% (dez por cento), nos termos do art. 85, § 11, do CPC, a verba honorária anteriormente arbitrada nestes autos, observados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º desse mesmo art. 85 do referido estatuto processual civil e considerada a orientação que culminou por prevalecer no Plenário desta Suprema Corte no julgamento da AO 2.063-AgR/CE, Red. p/ o acórdão Min. LUIZ FUX.

Publique-se.

Brasília, 11 de março de 2019.

Ministro CELSO DE MELLO

Relator